



NORMA DE PROCEDIMENTO PCIES Nº 026

Tema:	Fluxo de trabalho em perícias médicas em cadáveres: do acionamento até a liberação do laudo				
Emitente:	Gabinete do Perito Oficial Geral				
Sistema:	N/A	Código:	N/A		
Versão:	1	Aprovação:	I.S. nº 027/2025	Vigência:	data da publicação

1. OBJETIVOS

- 1.1 Instituir a Norma de Procedimento, definindo a configuração básica de fluxo de trabalho a ser adotada quanto a solicitação de perícias médicas em cadáveres.

2. ABRANGÊNCIA

- 2.1 Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Estadual e Municipal.
2.2 Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – PJES.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1 Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.686, de 3 de outubro de 1941;
3.2 Lei Complementar nº 1.062, de 19/12/2023.
3.3 Lei nº 13.964, de 24/12/2019.
3.4 Norma de Procedimento – SCI Nº 001
3.5 Manual de Cadeia de Custódia da Perícia Oficial do Espírito Santo.
3.6 Diretriz para Manejo de Vestígios Coletados pela Medicina Legal para as Análises Laboratoriais Forenses

4. DEFINIÇÕES

- 4.1 Formulário de Cadeia de Custódia - FCC:** documento utilizado na formalização da cadeia de custódia, compreendendo os registros das etapas de identificação, transporte, requisição de exames, armazenamento e rastreamento da movimentação dos vestígios até o seu descarte final. Disponível em duas versões, uma para uso geral e outra pela Medicina Legal.
- 4.2 Tanatologia:** É o estudo científico sobre a morte, suas causas e fenômenos a ela ligados.
- 4.3 Exame Necroscópico:** O exame necroscópico, também conhecido como necropsia, é um procedimento médico que consiste em examinar o corpo de uma pessoa para determinar a causa da morte, bem como, identificar outros elementos relacionados à morte, que sejam de interesse criminal.
- 4.4 Antropologia Forense:** A antropologia forense é uma ciência que estuda a identificação de cadáveres ou restos mortais, com o objetivo de estabelecer a identidade de um indivíduo. O exame antropológico forense traça um perfil



bioantropológico da vítima, incluindo: sexo, ancestralidade, idade, estatura, anomalias ósseas, patologias ósseas, etc.

4.5 Necropapiloscopia: A necropapiloscopia é uma área da perícia que se dedica à identificação de pessoas falecidas através da análise de impressões digitais.

4.6 Familiar Consanguíneo: indivíduo que tem parentesco com outro por meio de um ascendente em comum, com afinidade por laços de sangue.

5. UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS

5.1 Polícia Civil do Estado do Espírito Santo – PCES

5.2 Centro Integrado Operacional de Defesa Social – CIODES

5.3 Polícia Científica do Estado do Espírito Santo – PCIES

5.3.1 Instituto de Identificação- II

5.3.1.1 Departamento Pericial de Identificação Post Mortem - DEPMOR

5.3.2 Instituto Médico Legal - IML

5.3.2.1 Departamento de Histopatologia – DEPHIS

5.3.2.2 Departamento Odonto-Legal – DEPOD

5.3.2.3 Departamento Operacional de Corpo Clínico - DEOCLI

5.3.2.4 Departamento de Tanatologia – DEPTA

5.3.2.4.1 Seção de Necrópsia - SENECS

5.3.2.4.2 Seção de Antropologia Médica - SEAMED

5.3.3 Instituto de Laboratórios de Análises Forenses – ILAF

5.3.3.1 Laboratório de Biologia Forense – LABBIO

5.3.3.2 Laboratório de DNA Forense – LABDNA

5.3.3.3 Laboratório de Toxicologia Forense – LABTOX

5.3.4 Diretoria Regional de Polícia Científica Norte – DINORTE

5.3.4.1 Seção Regional de Medicina Legal de Linhares (SML-LIN)

5.3.5 Diretoria Regional de Polícia Científica Noroeste – DINOROESTE

5.3.5.1 Seção Regional de Medicina Legal de Colatina (SML-COL)

5.3.6 Diretoria Regional de Polícia Científica Serrana – DISERRANA

5.3.6.1 Seção Regional de Medicina Legal de Venda Nova do Imigrante (SML-VNI)

5.3.7 Diretoria Regional de Polícia Científica Sul – DISUL

5.3.7.1 Seção Regional de Medicina Legal de Cachoeiro de Itapemirim (SML-CI)

5.4 Seção de Medicina Legal – SML

5.5 Serviço de Verificação de Óbitos – SVO

6. PROCEDIMENTOS

6.1 Procedimento de Tanatologia

6.1.1 Início:

Acionamento: Operador do CIODES, via telefone ou rádio, irá comunicar ao servidor plantonista do IML/SML sobre a existência de solicitação de remoção de cadáver, informando o número do BU.

D01: É competente? O médico legista plantonista, em se tratando de óbito em unidade de saúde, fará a análise das informações do BU para verificar se



trata de óbito de competência da Polícia Científica.

- T01: Recolher o cadáver:** Tratando-se de óbito de competência do IML/SML, serão deslocadas as equipes de recolhimento de cadáver.
- D02: É morte natural?** Após recolhimento do cadáver, o médico legista fará nova análise, tanto de documentos como do corpo de delito, a fim de verificar se trata de morte natural.
- T02: Encaminhar ao SVO:** Tratando-se de óbito recente de causas naturais, o médico legista poderá determinar o seu traslado para o SVO ou por funerária indicada pela família ou conveniada às prefeituras via CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS, os dois últimos são opções das Diretorias Regionais.
- T03: Informar ao CIODES:** informar ao CIODES a incompetência, que finalizará a ocorrência.
- T04: Confeccionar a FCC:** Tratando-se de óbito de interesse criminal, será confeccionada FCC pela autoridade competente.
- T05: Protocolar e Autuar o Processo Cadavérico:** O corpo dará entrada no IML/SML juntamente com a FCC, sendo feita a autuação do processo cadavérico, que deve conter todas as documentações pertinentes ao óbito, como BU, formulário de necropsia, declaração de óbito, documentação hospitalar, quando for o caso, entre outros.
- D03: É ossada, carbonizado ou mumificado?** Se tratando de ossada, corpo carbonizado ou mumificado o médico legista plantonista, após análise do corpo de delito, irá encaminhá-lo para a Seção de Antropologia Médica – SEAMED – do IML. No caso dos SML's, os carbonizados que tenha a identificação, não precisam ser direcionados ao IML.
- D04: É possível identificação visual ou por digital?** Nessa etapa, verifica-se a possibilidade de identificação visual ou necropapiloscópica. Em caso positivo, o corpo será encaminhado para a necropsia.
- T06: Realizar o Exame Cadavérico:** O exame necroscópico será realizado por um médico plantonista.
- T07: Coletar Material:** O médico responsável pelo exame irá proceder à coleta de materiais, conforme necessidade do caso concreto.
- D05: É necessário Identificação por digital?** Será verificada a necessidade de identificação por digital.
- T08: Comunicar o DEPMOR:** O caso é enviado para o Departamento Pericial de Identificação Post Mortem do Instituto de Identificação ou analisado regionalmente.
- T09: Receber o Laudo de Identificação:** O DEPMOR ou a regional fará a emissão do laudo de identificação necropapiloscópica.
- D06: Precisa de exame laboratorial?** Conforme necessidade, o médico legista fará os encaminhamentos das amostras coletadas para os laboratórios correspondentes mediante confecção do Formulário de Cadeia de Custódia - FCC.
- T10: Confeccionar a FCC:** O médico legista responsável pelo exame irá proceder ao preenchimento do FCC, de acordo com o material coletado.



- T11: Comunicar ILAF:** Material é enviado junto com a FCC ao laboratório correspondente do ILAF.
- T12: Receber o Laudo Laboratorial:** O laboratório irá emitir o laudo referente ao(s) exame(s) solicitado(s) pelo médico legista.
- T13: Médico Legista:** O Processo cadavérico, juntamente com os laudos laboratoriais e laudo de identificação, caso tenha, serão recebidos pelo médico legista responsável pela necropsia.
- T14: Concluir o Laudo:** O médico legista com os resultados laboratoriais e demais documentações irá concluir o laudo cadavérico.
- T15: Armazenar:** O laudo é enviado pelo médico legista, por EDOCS, para o Grupo/Comissão Gestão de Laudos - DEOCLI, Departamento responsável pela gestão dos laudos periciais emitidos pelo IML ou para o SML. Serão feitos os devidos registros e armazenamento do laudo.
- T16: Enviar/Entregar o Laudo para os Solicitantes:** O DEOCLI ou SML fará o envio ou a entrega física do laudo para os solicitantes, até a estruturação da Diretoria de Custódia de Evidências e Protocolo.
- T17: Arquivar:** Será feito o arquivamento do processo cadavérico juntamente com o laudo correspondente.
- T18: Realizar o Exame Cadavérico:** O exame necroscópico será realizado por um médico com conhecimento específico em identificação antropológica.
- T19: Coletar Material:** O médico responsável pelo exame irá proceder à coleta de materiais, conforme necessidade do caso concreto.
- D07: Precisa de exame laboratorial?** Conforme necessidade, o médico legista fará os encaminhamentos das amostras coletadas para os laboratórios correspondentes.
- T20: Confeccionar a FCC:** O médico legista responsável pelo exame irá proceder ao preenchimento do FCC, de acordo com o material coletado.
- T21: Comunicar o ILAF:** Material é enviado junto com a FCC ao laboratório correspondente.
- D08: Tem suposto nome?** Nessa etapa ocorrerá a entrevista com possíveis familiares e a análise de características do cadáver.
- D09: É possível digital?** Nessa etapa verifica-se a possibilidade de coleta de digital.
- T22: Comunicar o DEPMOR:** O caso é enviado para o Departamento Pericial de Identificação Post Mortem do Instituto de Identificação ou analisado regionalmente.
- D10: Foi possível identificar?** Verifica-se a resposta sobre a identificação ou não do cadáver por meio da digital. No caso dos SMLs, ir para D13.
- D11: É Possível Odonto?** Nessa etapa é analisada se há presença de arcada dentária e se a suposta família possui fotos ou exames que permitam a realização de identificação por meio de exame odonto-legal.
- T23: Comunicar o DEPOD:** O caso é enviado para o Departamento Odonto-Legal.
- D12: Foi possível identificar?** Verifica-se a resposta do DEPOD sobre a



identificação odontológica ou não do cadáver.

D13: Tem Familiar Consanguíneo? Conforme resposta seguir para T25 ou T24.

T24: Comunicar o Laboratório de DNA: Não sendo possível a identificação odontológica ou necropapiloscópica, o familiar consanguíneo será encaminhado ao laboratório de DNA para coleta de material.

T25: Médico Legista: O Processo cadavérico, juntamente com os laudos laboratoriais e laudo de identificação, caso tenha, serão recebidos pelo médico legista responsável pela necropsia.

T26: Concluir o Laudo: O médico legista com os resultados laboratoriais e demais documentações pertinentes irá concluir o laudo cadavérico.

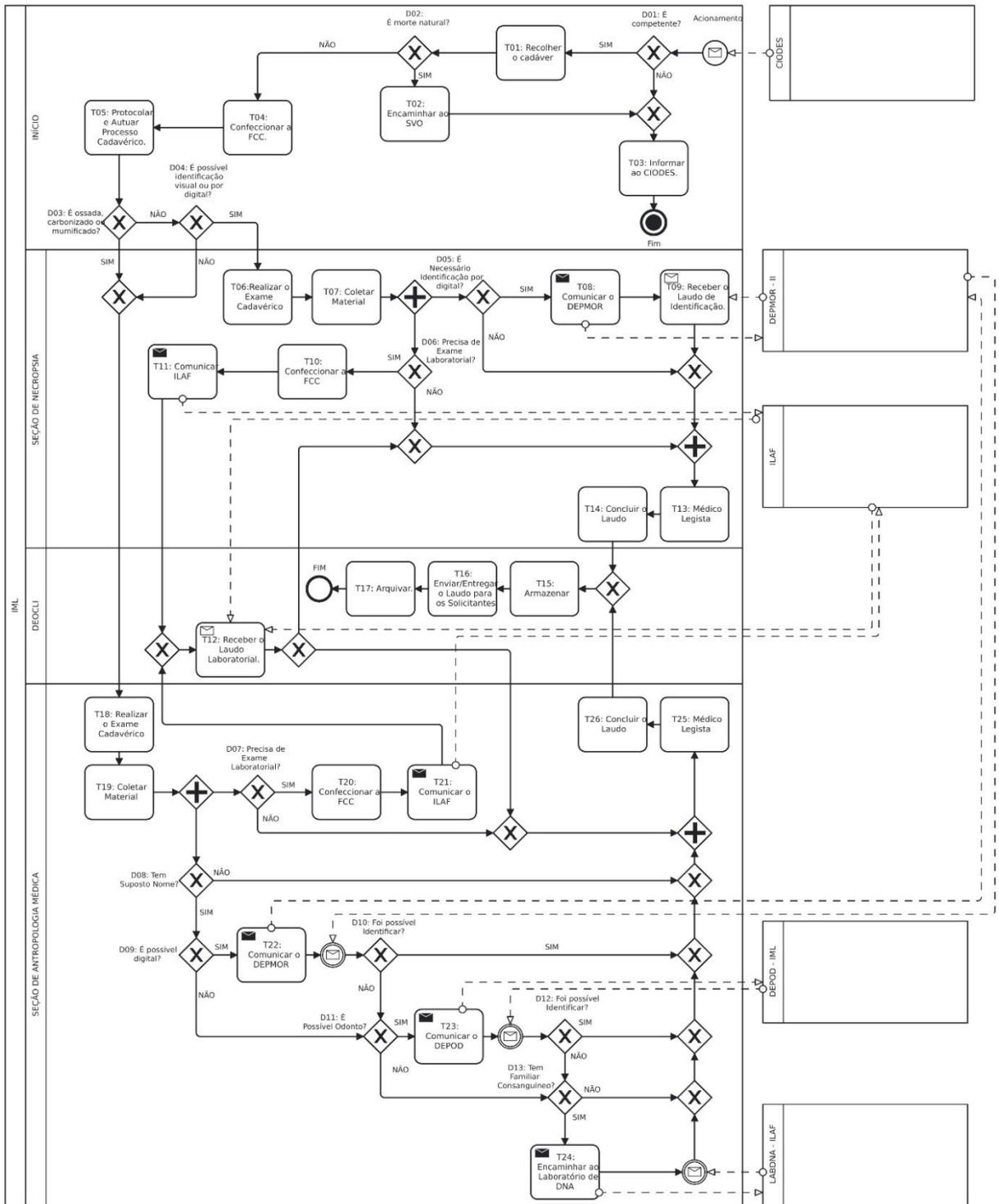


Figura 1 - Fluxograma de perícia em cadáveres

7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

7.1 Os vestígios devem ser embalados individualmente e identificados conforme Manual de Cadeia de Custódia e Diretrizes para Manejo de Vestígios Coletados pela Medicina Legal para as Análises Laboratoriais Forenses.



8. ASSINATURAS

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:	
Keli de Andrade Vieira Perito Oficial Criminal	Elaborado em 11/11/2024
APROVAÇÃO:	
Carlos Alberto Dal Cin Perito Oficial Geral	Daniela Mendes Louzada de Paula Perito Oficial Geral Adjunto
	Aprovado em 09/12/2024